

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO.....	13
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	23
1. ARBITRAGEM COLETIVA: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO.....	31
1.1. Arbitragem: resolução privada de conflitos.....	31
1.1.1. Arbitragem na justiça multiportas: consensualidade e outras características.....	31
1.1.2. Benefícios da arbitragem.....	37
1.1.3. Natureza jurídica da arbitragem.....	40
1.2. Tutela coletiva (estatal).....	47
1.2.1. Surgimento e o microsistema da tutela coletiva.....	47
1.2.2. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos.....	58
1.2.3. Tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	64
1.3. Arbitragem coletiva: forma diferenciada de acesso à justiça não estatal.....	71
1.3.1. Origem da <i>class arbitration</i> e desenvolvimento de outras espécies de arbitragem de ampla escala: <i>mass arbitration</i> e <i>collective arbitration</i>	71
1.3.2. Definição de arbitragem coletiva.....	74
1.3.3. Antes de concluir este capítulo: arbitragem coletiva e arbitragem multiparte.....	78
2. O ESTADO DA ARTE DA ARBITRAGEM COLETIVA.....	83
2.1. Estados Unidos.....	83
2.1.1. Supplementary Rules for Class Arbitration (AAA, 2003, Anexo 1)....	84

2.1.2. Jams Class Action Procedures (JAMS, 2009)	87
2.1.3. Julgados decisivos para o desenvolvimento da <i>class arbitration</i>	88
2.1.3.1. Keating v. Superior Court S. F. (EUA, 1982)	88
2.1.3.2. Green Tree Financial Corp. v. Bazzle (EUA, 2003)	89
2.1.3.3. Stolt-Nielsen S. A. et al. v. AnimalFeeds International Corp. (EUA, 2010)	92
2.1.3.4. AT&T Mobility LLC v. Concepción et ux. (EUA, 2011)	94
2.1.3.5. Oxford Health Plans LLC v. Sutter (EUA, 2013)	95
2.1.3.6. American Express Co. et al. v. Italian Colors Restaurant et al. (EUA, 2013)	97
2.1.3.7. Lamps Plus, Inc., et al. v. Varela (EUA, 2019)	97
2.1.3.8. Comparação entre as decisões da Suprema Corte dos EUA	99
2.2. Outros polos de arbitragem coletiva	101
2.2.1. União Europeia	101
2.2.2. América do Sul	105
2.3. Brasil	106
2.3.1. A legislação	106
2.3.2. <i>Soft law</i> : os regulamentos das câmaras de arbitragem	108
2.3.2.1. Regulamento de Arbitragem Coletiva da Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil	110
2.3.2.2. Regulamento de Arbitragem Societária do CAM-CCBC	114
2.3.3. Casos já registrados	115
2.3.3.1. Petrobras	116
2.3.3.2. Vale	119
2.3.3.3. IRB Brasil	123
3. VIABILIDADE E ARBITRABILIDADE NA ARBITRAGEM COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	125
3.1. Fundamentos da viabilidade: a adequação legislativa	125

3.1.1.	A convenção arbitral envolve a escolha da arbitragem, mas não da espécie de procedimento.....	127
3.1.2.	Acesso à arbitragem coletiva aos titulares de direitos individuais homogêneos.....	132
3.1.3.	Procedimento arbitral coletivo: técnica adequada à solução de conflitos relativos a direitos individuais homogêneos	137
3.2.	As barreiras são transponíveis.....	142
3.2.1.	Direitos individuais homogêneos frequentemente são patrimoniais disponíveis.....	143
3.2.2.	Os princípios da legalidade e da publicidade.....	149
3.2.3.	Duplo grau de jurisdição	150
3.2.4.	Participação do Ministério Público	152
3.2.5.	Impossibilidade de desistência da ação, de transação e de renúncia dos interesses coletivos pelos legitimados.....	154
3.2.6.	Indicação, imparcialidade e dever de revelação do árbitro	155
3.3.	Arbitrabilidade coletiva	156
3.3.1.	Cenário 1: titulares de direitos comuns são signatários de cláusulas compromissórias. Contratos em geral e a arbitragem coletiva societária	158
3.3.2.	Cenário 2: legitimado firma a cláusula compromissória. Convenção ou acordo coletivo de trabalho e termo de ajuste de conduta.....	163
3.3.3.	Cenário 3: titular do direito é signatário de compromisso arbitral	167
3.3.4.	Cenário 4: legitimado firma compromisso arbitral coletivo	168
3.3.5.	Alguns esclarecimentos sobre os ausentes dos Cenários 2 e 4. A questão do consentimento.....	168
3.3.6.	Um pouco sobre a arbitragem coletiva de direitos transindividuais.....	170
4.	PROCESSO E PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS NOS SISTEMAS DA LEI DE ARBITRAGEM E DO PROCESSO COLETIVO.....	173

4.1. Disposições gerais (arts. 1.º e 2.º da LA).....	174
4.1.1. Legitimidade ativa.....	175
4.1.1.1. Por substituição.....	175
4.1.1.2. Por representação.....	178
4.1.2. Legitimidade passiva.....	178
4.1.3. Administração Pública na arbitragem coletiva.....	178
4.1.4. Arbitragem multiparte.....	182
4.1.5. A participação do Ministério Público.....	182
4.1.6. <i>Amicus curiae</i> nas arbitragens coletivas.....	183
4.1.7. Arbitragem de direito ou de equidade?.....	184
4.2. Convenção de arbitragem e seus efeitos (arts. 3.º a 12 da LA).....	185
4.2.1. Arbitragem institucional ou <i>ad hoc</i> ?.....	185
4.2.2. Cláusula compromissória.....	187
4.2.3. Compromisso arbitral.....	191
4.3. Dos árbitros (arts. 13 a 18 da LA).....	192
4.3.1. Árbitro único ou tribunal arbitral?.....	192
4.3.2. Processo de escolha dos árbitros.....	193
4.3.3. Imparcialidade, independência, competência, diligência, discrição e dever de revelação dos árbitros na arbitragem coletiva.....	195
4.4. Do procedimento arbitral coletivo (arts. 19 a 22-C da LA).....	198
4.4.1. Regras do procedimento arbitral.....	199
4.4.2. A publicidade v. confidencialidade.....	199
4.4.3. Notificação dos interessados e o direito de exclusão.....	203
4.4.4. Os custos da arbitragem coletiva.....	204
4.5. Sentença arbitral coletiva (arts. 23 a 33 da LA).....	206
4.5.1. Sentença arbitral coletiva parcial.....	206
4.5.2. Sentença arbitral coletiva.....	206
4.5.3. Coisa julgada arbitral coletiva.....	207

4.5.4. Liquidação e execução da sentença arbitral coletiva.....	209
4.5.5. Para finalizar: Quadro 4.....	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	213
REFERÊNCIAS	217
POSFÁCIO	251